

Operação Lava Jato

# Empresas aceitam desconto de 50% em dívidas que somam R\$ 11,7 bilhões

— *Companhias ainda discutem com CGU termos da revisão de leniências e querem ‘perdão’ sobre valor total dos débitos, o que pode fazer com que dedução chegue a cerca de R\$ 8 bilhões*

TÁCIO LORRAN  
BRASILIA

As empresas que discutem a revisão dos acordos de leniência firmados na Operação Lava Jato aceitaram a proposta do governo Lula em usar até 50% do prejuízo fiscal para abater o restante das dívidas com a União, mas apresentaram ressalvas. As companhias tinham até anteontem para se manifestar. O posicionamento delas foi adiantado pelo *Blog do Fausto Macedo*, no *estadão.com.br*.

As ponderações apresentadas pelas companhias que participam das tratativas ainda serão analisadas pela equipe da Controladoria-Geral da União (CGU). O governo avalia agora se são questões técnicas, o que seria mais simples de resolver, ou de mérito.

**Mudança**  
**Valores dos acordos consideraram faturamento que já não é mais realidade no setor, dizem empresas**

Inicialmente, os índices de compensação oferecidos giravam em torno de 20% a 30% do saldo restante da multa, mas as empresas se mostraram insatisfeitas com a proposta. Na última semana, o governo voltou a se reunir com as empresas, cedeu e elevou o “desconto” para até 50%.

As companhias que participam das negociações são Andrade Gutierrez, Braskem, Mozer (antiga Camargo Corrêa), Nova Participações (antiga Engenix), Metha (antiga OAS), Novonor (antiga Odebrecht) e UTC Engenharia. Previsto na Lei Anticorrupção, o acordo de leniência é uma espécie de colaboração premiada de pessoas jurídicas.

**‘EQUAÇÃO’.** Apesar de aceitarem a proposta, ainda há descontentamento entre algumas construtoras sobre os termos do acordo. “Ninguém acha que saiu vencedor desse processo. Existe um sentimento geral de que não está sendo feito tudo o que poderia e deveria ser feito. Mas chegamos a uma equação que é muito razoável, muito inteligente”, disse o advogado Marco Aurélio de Carvalho, que representa a antiga Camargo Corrêa no processo, ao lado do advogado Giuseppe Giamundo Neto.

“Não foi excelente nem para o governo nem para as empreiteiras, mas foi o acordo possível. Então, reconhecemos, aplaudimos e festejamos a disponibilidade e a disposição do governo e do ministro André Mendonça para dialogar e encontrar um caminho de conciliação”, afirmou Carvalho.

Ainda de acordo com o advogado, não há desconto de nenhuma natureza, mas a utilização de um mecanismo excepcional de compensação. “As

**Para lembrar**  
**Ministro abriu discussão, mas sem ‘revisão’**

● **Renegociação**  
Em fevereiro deste ano, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu um prazo para órgãos públicos e empresas que firmaram acordos de leniência na Lava Jato chegarem a um consenso sobre os pactos. Na prática, foi autorizada uma renegociação

● **Audiência**  
A medida foi anunciada por Mendonça após audiência de conciliação sobre uma ação apresentada por partidos aliados do governo Lula que questiona multas definidas até agosto de 2020. O ministro ressaltou a importância dos acordos para o combate à corrupção e disse que a conciliação não deve servir a “revisão histórica”

● **Suspensão**

Na ação ajuizada em março de 2023, as legendas pedem que os acordos de leniência fechados até agosto de 2020 tenham as multas suspensas. O ponto central questionado pelas siglas é de que pactos da Lava Jato foram firmados sem a participação de órgãos representativos da União

● **Cartel**  
Segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), os acordos são referentes aos valores acertados depois que executivos confessaram a formação de cartel em contratos da Petrobras e outras estatais, desvio de dinheiro público e pagamento de propinas a agentes públicos e políticos

● **Proposta**  
Há duas semanas, a CGU e a Advocacia-Geral da União (AGU) pediram que as empresas que tentam repactuar os acordos de leniência fechados na Lava Jato se manifestassem sobre as propostas de compensação

las empresas com a CGU e a Advocacia-Geral da União (AGU), a pedido do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça. O prazo estabelecido pelo magistrado para a conclusão da tentativa de conciliação se encerra hoje. Entre as premissas, está a possibilidade de quitar parcelas futuras por meio de prejuízo fiscal, uma vitória para as companhias.

**CRONOGRAMA.** As empresas ainda negociam adaptações no cronograma de pagamentos, de acordo com a sua capacidade financeira. Elas alegam que os valores dos acordos de leniência foram arbitrados considerando um faturamento que já não é mais realidade no setor das grandes construções. Também buscam a revisão da base de cálculo e das condições atenuantes previstas na legislação para tentar reduzir o valor da multa.

As negociações ocorrem sob supervisão do STF. Foram realizadas duas audiências para debater os acordos, além de reuniões bilaterais. Como mostrou o *Blog do Fausto Macedo*, representantes das empresas ouvidos pela reportagem não descartam que a Corte precise intervir para bater o martelo sobre pontos que permanecem sem consenso. Para Sebastião Tojal, advogado da Andrade Gutierrez, sem uma definição madura, as empresas tendem a viver uma longa batalha judicial. ●

empresas estão pagando.”  
O uso de 50% do prejuízo fiscal sugerido pelo governo é calculado com base no saldo restante das multas dos acordos de leniência. Atualmente, as sete companhias devem cerca de R\$ 11,7 bilhões, em valores corrigidos. Isso significa que o governo pode abrir mão de cerca

de R\$ 5,8 bilhões.

**VALOR TOTAL.** As empresas pediram, no entanto, que o “desconto” seja calculado com base no valor total das multas impostas. Neste caso, o “abate” pode ultrapassar o montante de R\$ 8 bilhões.  
As discussões são feitas pe-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 7